

## Brasil

Infraestrutura CNPE avalia, em abril, outorgas que vencem em 2015

# Solução para concessões elétricas prevê tarifa menor

Daniel Rittner  
De Brasília

O fim de boa parte das concessões do setor elétrico, a partir de 2015, resultará em benefícios e tarifas mais baixas aos consumidores. A promessa foi feita ontem pelo secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, que preside o grupo de trabalho responsável por uma solução para o problema. Zimmermann revelou que os estudos estão quase prontos e serão apresentados aos ministros do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), órgão de aconselhamento da Presidência da República, em abril.

De acordo com o secretário, o grupo entregará duas alternativas para avaliação do CNPE, com seus prós e contras, mas sem recomendar uma ou outra. Ambas requerem mudanças na legislação atual e, por isso, deverão passar pelo Congresso Nacional. Está descartada uma solução específica para a Cesp, estatal paulista que o governador de São Paulo, José Serra (PSDB), tentou privatizar sem sucesso em 2008. As concessões de duas usinas da Cesp, que representam dois terços de toda a sua produção, vencem em 2015.

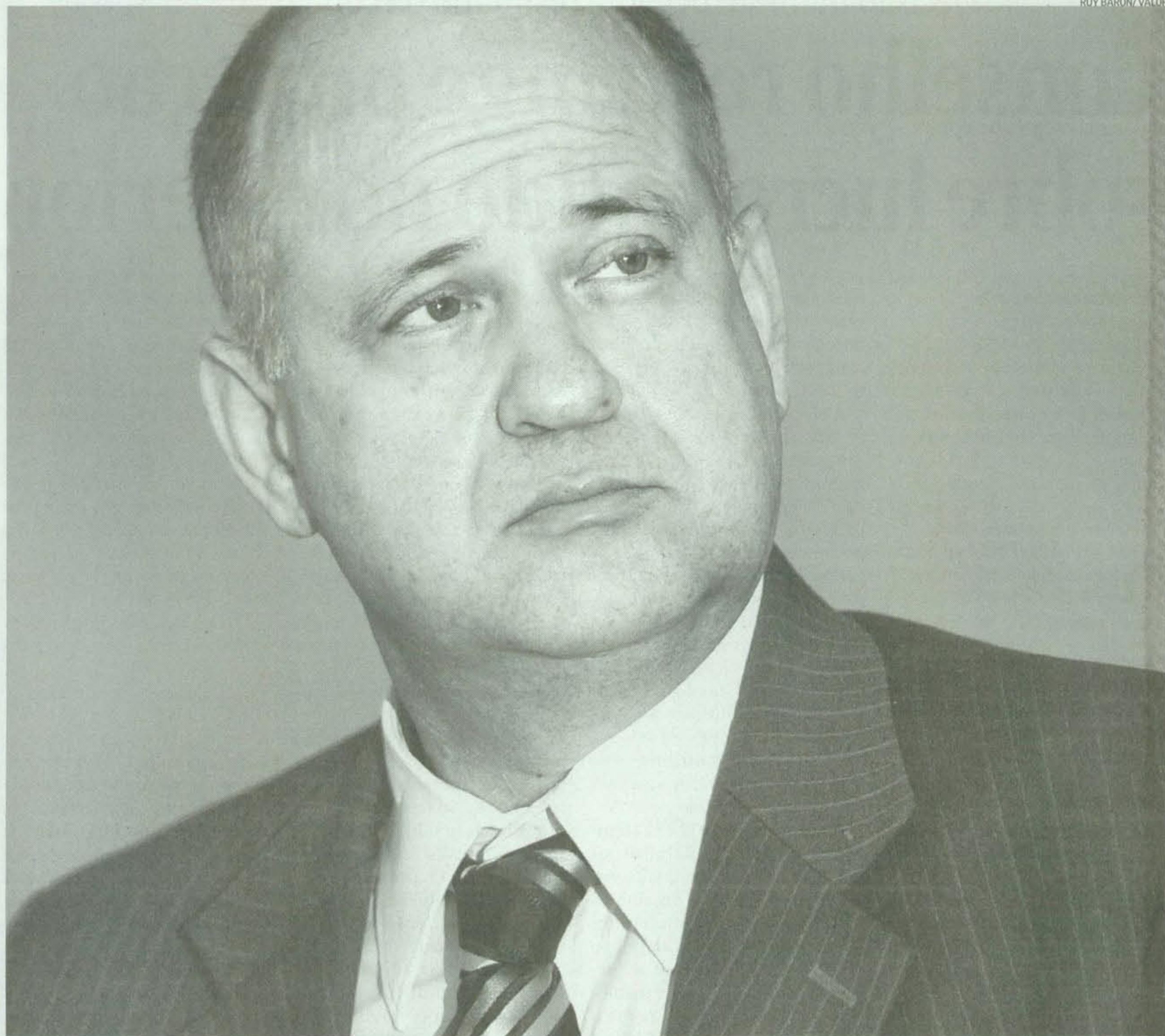
Somente naquele ano vão ex-

pirar as concessões de 18 usinas geradoras — a maioria pertencente a empresas do sistema Eletrobrás —, 37 distribuidoras e 73 mil quilômetros de linhas de transmissão. Pelas regras em vigor, não poderão ser renovadas.

Zimmermann sinalizou que o grupo deverá sugerir uma solução única para os três segmentos, por entender que a lei não permitirá tratamento diferenciado das concessões de geração, distribuição e transmissão. Na primeira hipótese, os empreendimentos serão revertidos para a União e licitados novamente, com tarifas máximas abaixo das praticadas atualmente. Na segunda opção, seria oferecida aos donos da concessão a possibilidade de prorrogá-la, mas por preços menores, a fim de haver ganho para os consumidores.

No caso de usinas hidrelétricas, por exemplo, uma auditoria poderá identificar os gastos com operação e manutenção do empreendimento, deduzindo da tarifa atual os investimentos já feitos e amortizados.

O importante, segundo Zimmermann, é que “a modicidade tarifária está garantida”. Ele frisou que o grupo de trabalho não fará sugestões, mas apenas apresentará as duas alternativas ao conselho de ministros. “A premissa, em qualquer hipótese, é



Márcio Zimmermann, secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia: uma solução única para as concessões de geração, distribuição e transmissão

de que não se pode distorcer o mercado. Não dá para alguém produzir energia amortizada por R\$ 20 ou R\$ 30 e revendê-la por R\$ 150”, disse o secretário. “De alguma forma, é preciso capturar isso e fazer o ganho chegar aos consumidores.”

As declarações de Zimmermann foram dadas após a cerimônia de assinatura dos contratos de concessão das linhas de transmissão do rio Madeira, que vão conectar as duas usinas hidrelétricas em Rondônia ao município de Araraquara (SP). Os in-

vestimentos no projeto devem superar R\$ 7 bilhões. As obras passarão por 140 municípios, em cinco Estados — Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas e São Paulo.

“Entramos para a história. Essa será a maior linha de transmissão de todo o planeta”, afirmou o presidente da CTEEP, José Sidnei Colombo Martini, que discursou em nome das empresas transmissoras. Martini usou números grandiosos para ilustrar a importância da obra. Na sua construção, serão usadas 140 mil toneladas de alumínio — o equivalente

à produção brasileira de um mês inteiro, segundo ele — e 90 mil toneladas de aço. Martini exaltou o papel do BNDES no financiamento da obra e lembrou que isso foi determinante para que, às vésperas do agravamento da crise, o deságio obtido no leilão de novembro tenha alcançado 29%.

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, fez referência às dificuldades de licitação do complexo do Madeira. “Nenhuma grande obra se realiza sem grandes sacrifícios”, afirmou. Lobão atribuiu o racionamento de 2001

à precariedade do sistema de interligação energética entre as regiões do país e disse que o governo Lula chegará ao fim de 2010 tendo expandido a rede de transmissão em 40%.

Sem citar nomes, criticou os “arautos do pessimismo e anunciadores de fatos negativos” no setor elétrico, que “perderam o emprego e a voz”, frase entendida por muitos presentes na solenidade como um recado ao ex-diretor-geral da Aneel Jerson Kelman, cujo mandato terminou em janeiro e não foi renovado pelo governo.